



XI Congresso Português de Sociologia
*Identidades ao rubro: diferenças, pertenças e
populismos num mundo efervescente*
Lisboa, 29 a 31 de março de 2021

Secção/Área temática / Thematic Section/Area:

Sociologia da educação | Educação, identidades e multiculturalidades

O uso da Arte na formação dos assistentes sociais em Portugal

The use of Art in the training of social workers in Portugal

MELO, Sara; Instituto Superior de Serviço Social do Porto; Investigadora Integrada do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto; Av. Dr. Manuel Teixeira Ruela, 370 4460-362 Senhora da Hora/Matosinhos, Portugal; sara.melo@isspp.pt

MACHADO, Idalina; Instituto Superior de Serviço Social do Porto; Investigadora Integrada do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto; idalina.machado@isspp.pt

GUEDES, Joana; Instituto Superior de serviço Social do Porto; Investigadora integrada do CLISSIS; joana.guedes@isspp.pt

MENDES, Sandra; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego – Instituto Politécnico de Viseu; sandrarm@utad.pt

Resumo

A pesquisa científica e a prática profissional têm vindo a demonstrar que as diferentes formas de expressão artística (música, teatro, dança etc.) revelam-se instrumentos especialmente eficazes no que diz respeito à intervenção social, seja na prevenção, reabilitação e tratamento de pessoas que apresentam problemas psicossociais, seja no seu potencial para capacitar e fortalecer o desenvolvimento social e pessoal de indivíduos numa comunidade. Por esse motivo, formar interventores sociais com recurso à arte torna-se, na nossa perspetiva, uma condição imperativa. Neste trabalho dá-se a conhecer os dados para Portugal do projeto “El Uso del Arte en la Formación y en la Intervención del Trabajo Social: Estudio Comparado entre España y Portugal” (INATS). Recorrendo à pesquisa documental, analisaram-se os planos de estudos das licenciaturas em Serviço Social em Portugal, lecionadas em 16 escolas públicas e privadas. Do trabalho de análise dos planos de estudo pode concluir-se que a Arte ainda está muito pouco presente nesta formação.

Abstract

Scientific research and professional practice have shown that the different forms of artistic expression (music, theatre, dance, etc.) are particularly effective instruments for social intervention, whether in the prevention, rehabilitation and treatment of people with psychosocial problems, or in their potential to empower and strengthen the social and personal development of individuals in a community. For this reason, training social interventionists using art becomes, in our perspective, an imperative condition. This paper presents the data for Portugal from the project "El Uso del Arte en la Formación y en la Intervención del Trabajo Social: Estudio Comparado entre España y Portugal" (INATS). Using documentary research, the syllabuses of undergraduate degrees in Social Work in Portugal, taught in 16 public and public schools, were analysed. From the analysis of the syllabuses it can be concluded that Art is still very little present in this training.

Palavras-chave: Arte; Serviço Social; Formação

Keywords: Art; Social Work; Training

XI-APS-74654

Introdução

A pesquisa científica e a prática profissional têm vindo a demonstrar que as diferentes formas de expressão artística (música, teatro, dança, etc.) revelam-se instrumentos especialmente eficazes no que diz respeito à intervenção social, seja na prevenção, reabilitação e tratamento de pessoas que apresentam problemas psicossociais, seja no seu potencial para capacitar e fortalecer o desenvolvimento social e pessoal de indivíduos numa comunidade. Por esse motivo, formar interventores sociais com recurso à arte torna-se, na nossa perspetiva, uma condição imperativa.

Neste texto dá-se a conhecer os dados para Portugal do projeto “El Uso del Arte en la Formación y en la Intervención del Trabajo Social: Estudio Comparado entre España y Portugal” (INATS). O objetivo final do Serviço Social consiste em alcançar a mudança social e melhorar a vida dos indivíduos, e as artes têm o poder de melhorar a vida dos indivíduos e promover a mudança social. Sendo esta relação tão estreita, questionámo-nos sobre o lugar da arte no Serviço Social.

Recorrendo à pesquisa documental, analisaram-se os planos de estudos das licenciaturas em Serviço Social em Portugal, lecionadas em 16 escolas públicas e privadas, de modo a compreender se, e de que forma, a arte está presente na formação dos assistentes sociais.

1. Enquadramento teórico

1.1. Educação em Serviço Social em Portugal: breves apontamentos históricos

Em Portugal, a emergência do Serviço Social como área disciplinar foi fortemente influenciada pelo regime ditatorial no poder desde a década de 1930. Assim, a primeira proposta de institucionalização da formação académica em Serviço Social ocorreu em 1934, pela Condessa de Relvas e Bissaya Barreto, o que levou à criação do Instituto de Serviço Social de Lisboa (1935) e da Escola Normal Social de Coimbra (1937). Após a criação destas duas escolas, foi criado um plano de formação, em 1939, que, embora incipiente, já se constituía como um desafio para a época. Enquanto institutos de formação reconhecidos publicamente, apresentavam um plano de estudos de três anos, com a correspondente certificação do diploma e do título profissional de Assistente Social, exclusivamente dirigidos aos licenciados em Serviço Social.

Todavia, fruto da incorporação num estado governativo autoritário, também a orientação da formação e a missão que se pretendia dar aos assistentes sociais viria a

assumir um carácter fortemente doutrinário, corporativo e conservador (Branco, 2009). Durante as décadas de 30, 40, e 50, pode-se dizer que a profissão de assistente social manteve relações estreitas com a ideologia dominante na sociedade, constituindo a sua principal orientação conter a insatisfação dos indivíduos que viviam em condições de grave vulnerabilidade - pobreza, miséria acentuada e sem reconhecimento dos direitos sociais e no que respeita ao mundo do trabalho (Granja, & Pinto, 2008).

Até aos anos 50, a institucionalização do Serviço Social como profissão estava ligada aos desígnios de compromisso entre o Estado e os sectores mais conservadores da Igreja Católica. Juntamente com a ausência de formação científica que permitisse uma leitura da génese dos problemas sociais, estes dois fatores foram decisivos para dar ao Serviço Social e às práticas dos trabalhadores sociais uma matriz caritativa e imediatista (Martins, 1999). Nessa medida, desde o início da formação até aos anos 50, o que estava em causa era a preparação dos profissionais para o trabalho de "restauração da ordem", adaptando os indivíduos à sociedade. (Granja, & Pinto, 2008)

Esta operacionalização formal de um conjunto de princípios orientadores foi revista em 1956 com a introdução de alterações ao plano de estudo que se referiam à necessidade de compreender os problemas sociais decorrentes das transformações associadas à evolução da sociedade portuguesa.

Na sua trajetória, a formação académica em Serviço Social, a partir dos anos 60, reconciliou-se gradualmente com os modelos de formação praticados nas democracias ocidentais. A centralidade dos direitos humanos, particularmente os direitos sociais, ganhou um lugar significativo na formação, juntamente com a orientação da formação em ciências sociais, um caminho complexo, dada a hegemonia da Igreja Católica no país e o seu papel como guardiã das escolas de Serviço Social.

Em 1960, o Serviço Social viria a ser legitimado pela academia como um diploma de ensino superior, para ser ensinado nos três institutos privados de ensino superior, e o seu programa de estudos novamente reformulado, dando início a um processo de distanciamento da prática voluntarista para a assunção de uma prática mais profissionalizante e metódica. O currículo de formação de quatro anos a nível do ensino superior teve uma forte influência nos métodos clássicos do Serviço Social e concetualizou os direitos sociais e humanos como a principal preocupação do Serviço Social. A esta mudança de perspectiva no âmbito da formação em Serviço Social não é inócua a mais presente consciência crítica dos profissionais sobre os objetivos da profissão decorrentes do conjunto de transformações importantes a ocorrer na sociedade

portuguesa, nomeadamente aquelas decorrentes do envolvimento português na guerra colonial. O movimento contestatário à guerra e ao regime ditatorial, paralelamente associado à busca de melhores condições de vida, são causas incontornáveis de um fluxo migratório muito acentuado, concomitante com um êxodo rural intensificado, o que transformou quer os espaços rurais, quer os espaços urbanos, em movimentos opostos entre si. Desruralização e urbanização são fenómenos sociais que originaram uma necessária intervenção social para a qual as incipientes políticas sociais não conseguiam dar resposta.

É neste contexto que o Estado surge como um grande empregador de assistentes sociais, atribuindo-lhes o papel de executores de políticas sociais inseridos em estruturas estatais ou instituições privadas de assistência social ou entregues às Misericórdias, todas financiadas e controladas pelo Estado. (Granja, & Pinto, 2008)

A crítica à formação baseada no conhecimento ético-religioso da moral cristã, ainda que no final dos anos 60 com uma tendência marcadamente psicológica e individualizante, levou a um movimento por parte de certos setores da profissão em direção a uma reformulação do programa de estudos, iniciando a introdução de conteúdos programáticos no domínio das ciências sociais.

O assistente social era o profissional capaz de intervir a nível micro, meso e macro, e esta nova visão do Serviço Social dava início ao que ficaria conhecido como “Serviço Social Alternativo, caracterizado por práticas centradas na intervenção territorial grupal e comunitária, visando a promoção e o desenvolvimento social” (Lopes, 2015, p.23).

Após o 25 de Abril de 1974 e, conseqüentemente, as transformações que dele resultaram devido ao colapso do Estado ditatorial e à institucionalização do Estado de direitos, a educação em Serviço Social passou por um processo de reconcetualização. Neste período, Portugal viveu momentos de grande dinamismo, marcados por importantes movimentos sociais, e os conflitos sociais e políticos ganharam grande visibilidade. A Revolução criou as condições ideais para que os trabalhadores sociais realizassem formas alternativas de intervenção, afastando-se das práticas assistenciais características do antigo regime autoritário. Incitados pela nova agenda política progressista, os trabalhadores sociais estiveram na vanguarda da Revolução, trabalhando ao lado de mobilizações populares e projetos participativos experimentais, assumindo abertamente posições políticas (Silva, 2018). Nessa medida, com o desenvolvimento do Estado Providência que se afirmava em Portugal, com a criação de uma Constituição que garantia os direitos sociais, políticos e económicos de todos os cidadãos, os problemas

sociais que afetavam largos setores da população tornaram-se mais visíveis e, como resultado, o campo de ação dos Assistentes Sociais foi alargado.

Neste novo contexto social, político, cultural e económico, o modelo estrutural de formação é confrontado com novas mudanças, onde o marxismo surge como a principal referência teórica, amplamente influenciado pelo Serviço Social Brasileiro.

Em 1985, o plano de estudos em Serviço Social foi alterado de quatro para cinco anos, com base num perfil de formação de interveniente-investigador. Como resultado das exigências das instituições de ensino do Serviço Social que promoveram um alargamento da duração da formação, em 1989 as escolas de Lisboa, Coimbra e Porto obtiveram o reconhecimento do Estado para o diploma em Serviço Social, comprometendo-se a adotar o modelo universitário.

A partir dos anos 90, o Estado autorizou os Institutos Superiores de Serviço Social de Lisboa e Porto (ISSSL e ISSSP, respetivamente) a realizar um mestrado em Serviço Social e Política Social em colaboração com a Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo (Brasil). Mais tarde, este mestrado foi autorizado a ser lecionado e intitulado pelo ISSSP. Em 2002, o Mestrado e o Doutoramento em Ciências do Serviço Social foram aprovados num protocolo entre o ISSSP e a Universidade do Porto. Durante a década de 2000, foram autorizados outros programas de mestrado e doutoramento em Serviço Social. Existem atualmente 16 licenciaturas em Serviço Social, divididas entre escolas públicas e privadas, e entre a universidade e os quadros politécnicos, e 3 doutoramentos em Serviço Social.

1.2. A profissão do assistente Social

A profissão de Assistente Social está eminentemente ligada às transformações sociais e ao fortalecimento da sociedade civil. Este pressuposto, enunciado pela International Federation of Social Work (IFSW, 2014), radica num conjunto de princípios fundamentais centrais ao Serviço Social, nomeadamente a justiça social, os direitos humanos, a responsabilidade coletiva e o respeito pela diversidade. Na conferência de Melbourne, ocorrida em 2014, a Federação Internacional dos Assistentes Sociais (IFSW) e a Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (IASSW) aprovaram uma definição do Serviço Social enquanto profissão de intervenção e disciplina académica que viria a ser adotada mundialmente, estando no caso português recentemente vertida no Código Deontológico dos Assistentes Sociais (APSS, 2018, p.5):

“O Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social.”

Assim entendida, esta definição da profissão do assistente social estabelece desde logo uma interação, de acordo com a IFSW (2014) e a APSS (2018), entre os fatores históricos, culturais, espaciais, políticos e socioeconómicos e os fatores individuais, e um inevitável carácter relacional entre as condições estruturais societárias e os comportamentos individuais, circunscritos frequentemente a quadros de marginalização, exclusão e opressão social.

Nesse sentido, é entendimento destas organizações que a intervenção do Serviço Social, com o objetivo de promover a mudança social, ocorre ao nível da pessoa, família, grupo, comunidade ou societal, isto é, aos níveis micro, meso e macro de atuação, fatores que, por si só, indiciam necessidades de formação também orientadas em função destes três níveis de análise e de intervenção. Para além disso, com o desiderato de desenvolver uma prática emancipatória, transcrita na capacitação e autonomia das pessoas, é fundamental que se desenvolva também uma consciência crítica, através de uma reflexão continuada sobre as causas estruturais das desigualdades, da opressão e dos privilégios de alguns indivíduos sobre os outros.

Torna-se, portanto, crucial formar profissionais capazes de desenvolver competências de leitura sobre a estrutura e dinâmica social, mas também capazes de orientar a criação de mecanismos e instrumentos de intervenção social que cheguem de forma mais operacional aos contextos e cidadãos para quem a intervenção é necessária. Nessa matéria não é negligenciável a relação permanente entre o Serviço Social e as diferentes Ciências Sociais, que tanto contribuem para os planos de estudos certificadores desta profissão. A Sociologia, a Antropologia, o Direito, a Psicologia, a Economia, entre outras Ciências Sociais e Humanas contribuem para o desenvolvimento de uma formação consistente, cuja particularidade consiste no seu carácter de aplicabilidade e de emancipação. De acordo com a IFSW (2014), grande parte da teoria e pesquisa do Serviço

Social é co-construída com os utentes do serviço social, num processo dialógico, interativo e, portanto, informado por ambientes de prática específicos, motivo pelo qual se defende uma metodologia, o mais possível, participativa, para que a intervenção social seja feita com as pessoas e não para as pessoas.

Neste sentido, e consistente com o paradigma de desenvolvimento social, os assistentes sociais aprendem e utilizam uma ampla gama de saberes, estratégias, e princípios ao dispor de uma plêiade diversa de atividades que incluem formas de aconselhamento, intervenção com pequenos grupos e trabalho comunitário, elaboração de políticas, análise, defesa e intervenções políticas (IFSW, 2014). Para tal, e de acordo com o Código Deontológico dos Assistentes Sociais (2018), estes profissionais utilizam no seu desempenho público, um conjunto de competências específicas, complementares entre si, nomeadamente políticas, relacionais, psicossociais, assistenciais, técnico-operativas e reflexivas.

Ora, para tal, não é despiciendo considerar que a formação prévia ao exercício desta profissão deve preparar os futuros assistentes sociais com um arcabouço de conhecimentos de pendor não só teórico e científico, mas também técnico-operativo que atendam às “idiossincrasias da situação humana e social” com a qual se confrontem, competindo ao assistente social “contribuir para a construção de modelos sociais sustentáveis, do ponto de vista económico, social, cultural e ambiental, contribuindo para a correção das desigualdades e para a solidariedade com as gerações futuras” (APSS, 2018, p. 3).

A este respeito, é de notar que a própria idiossincrasia do Serviço Social sempre exigiu uma visão empenhada e crítica por parte dos profissionais, que, como vimos no ponto anterior, nem sempre se manifesta capaz de vincular a profissão, muito por força dos constrangimentos estruturais e políticos vividos em cada época. Em termos práticos, a solicitação do Serviço Social para intervenções imediatistas decorrente de uma transformação importante na esfera da responsabilidade contratual do Estado, coloca em causa esse ponto de vista crítico e comprometido com a resposta às injustiças sociais. Em Portugal, “a profissão de assistente social que era sobretudo exercida no sector público estatal, no âmbito do qual participava na conceção de políticas e na sua execução, nomeadamente em áreas sectoriais como a segurança social, a saúde, a educação, o trabalho, a habitação e a justiça, vê-se hoje prioritariamente solicitada para funções de ação direta e emergenciais, sobretudo no sector privado não lucrativo.” (APSS, 2018, p.3). Esta reconfiguração da profissão incide sobre o aumento da sua

função administrativa em detrimento da implementação de processos de intervenção social em que as capacidades e potencialidades das pessoas são promovidas para a sua inclusão e participação na sociedade.

Trabalhar as faculdades dos indivíduos através da auto-reflexão implica, por um lado, uma relação de confiança entre os profissionais e as pessoas a quem dirigem a sua ação e, por outro lado, a aceitação da deontologia e dos postulados éticos que orientam a ação do Serviço Social (Escartín et al., 1997). Esta ligação implica, por sua vez, o reforço de competências que favorecem a relação de ajuda através do desenvolvimento de técnicas e da promoção de competências profissionais, nomeadamente a escuta ativa, a empatia e a comunicação, elementos-chave nos processos de intervenção social.

A fim de desenvolver estas competências durante a prática profissional e, em conformidade com a Iniciativa Novas Competências para Novos Trabalhos da Comissão Europeia (2008), o sistema educativo deve propor uma formação de aprendizagem flexível e transversal na qual sejam promovidas não só competências profissionais, mas também pessoais. O desenvolvimento destas competências requer novas metodologias de ensino-aprendizagem que apoiem os estudantes, futuros assistentes sociais, a enfrentar uma sociedade cada vez mais plural e complexa.

1.3. Sobre os efeitos das artes

É já vasta a literatura científica, nomeadamente sociológica, sobre os efeitos que as artes têm sobre os indivíduos e os contextos, em particular no que se refere ao seu potencial positivo, potencial esse que aspira a trajetórias de mudança social (Melo, 2015; Mendes, 2014). Destacamos a este respeito os estudos levados a cabo por Matarasso que, em meados dos anos 90 do século passado aborda a temática da instrumentalização da cultura para fins sociais.

Em *Use or Ornament? The social impact of participation in the arts* (1997), Matarasso discute a importância da participação nas artes e o impacto social que essa participação promove, concretamente em termos de desenvolvimento e coesão social. Para este autor, as artes são consideradas potenciadoras de utilidade económico-social no que se refere à coesão, à inclusão e ao emprego, mas também no que se refere ao desenvolvimento pessoal, ao “*empowerment*” da comunidade, à promoção de uma nova identidade pessoal e territorial e, ainda, no que se refere ao incremento do estado de saúde de quem nelas se envolve ativamente. (Melo, 2015)

O trabalho posterior de McCarthy (2001) desagrega tipologicamente os efeitos das artes levando em consideração uma subdivisão da unidade de análise entre os níveis individual e comunitário. Relativamente ao nível individual, subdivide os efeitos em termos materiais (refere-se principalmente a questões de saúde dos indivíduos), cognitivos/psicológicos e interpessoais. No que se refere ao nível comunitário, o autor considera os níveis económicos, culturais e sociais.

Na revisão da literatura levada a cabo por Newman, Curtis & Stephens (2003), são destacadas as várias potenciais

“consequências, ganhos ou efeitos sentidos em vários domínios da vida individual e coletiva no seio de uma comunidade, designadamente em termos de: (i) Mudança pessoal – fazer novos amigos, ser mais feliz, mais criativo e confiante, redução do sentido de isolamento, maior propensão para fazer formação na área artística; (ii) Mudança Social – maior compreensão intercultural, sentimento mais forte de território, maior integração de diferentes grupos, melhoria em competências organizacionais; (iii) Mudança económica – impacto no número de novos empregos e na própria procura de emprego, melhor imagem da comunidade para a captação de investimento, aumento na venda de trabalhos artísticos e maior investimento em programas de arte; e (iv) Mudança educacional – algumas provas de aumento do sucesso escolar.” (Melo, 2014, p.77)

Partindo deste princípio pragmático, as artes são frequentemente incorporadas nos programas das políticas públicas de intervenção social. Com efeito, um dos grandes papéis das artes consiste na sua capacidade formativa e capacitante, alicerces para a formação das pessoas e que lhes permite transpor barreiras, sejam elas sociais, económicas ou simbólicas, entendendo-se frequentemente que a ação promovida pelos domínios artísticos deve incidir no ensino e na aprendizagem da arte e da prática cultural como importantes impulsionadores na resolução de problemas sociais. Ressalva-se a este respeito também que a aprendizagem, ainda que não formal, de uma qualquer área artística se apresenta como um mecanismo de adaptação criativa e autónoma à contemporaneidade (Melo, 2014).

Entendemos ser, neste sentido, fundamental refletir sobre a sua importância na formação dos assistentes sociais. Numa recente revisão sistemática da literatura Leonard, Hafford-Letchfield, & Couchman (2018) comprovam a crescente utilização das artes na educação profissional abrangendo disciplinas como a medicina e profissões que lhe estão

associadas, nomeadamente o Serviço Social. Destacamos dessa revisão os estudos que incidem sobre a arte como pedagogia, na medida em que estas favorecem o processo de envolvimento dos sujeitos em contexto de ensino-aprendizagem, contribuem para a aquisição de conhecimentos, competências e atitudes, facilitam o domínio afetivo da aprendizagem, e nessa medida, operam no âmbito da aprendizagem significativa. Contribuem ainda para o desenvolvimento de linguagens alternativas à habitual tecnocracia do Serviço Social. No contexto das atuais limitações e desafios à profissão do assistente social, Schubert e Gray (2015) sugerem ainda que uma (re)interpretação dos conteúdos aprendidos em sala de aula, através do uso das artes, contribuiriam para melhorar as capacidades de diagnóstico, análise e ação do trabalho social em estreita colaboração com os utilizadores dos serviços, de forma a encontrar-se uma nova forma de prática profissional, onde os instrumentos convencionais já não têm ampla margem de manobra.

Entendemos que a arte, nas suas várias formas, contribui para o auto-conhecimento através da livre expressão de ideias, emoções e sentimentos (Rueda & Lopez, 2013), além de ser um instrumento terapêutico para a construção da identidade (Hauser, 2013) e para a transformação social (Moreno, 2010), e inquietamo-nos, por esse motivo, acerca da sua utilização na formação dos profissionais cujo objetivo último de intervenção incide sobre a criação de condições de mudança e promoção do bem-estar dos indivíduos com quem intervém.

2. Metodologia

A fim de conhecer a utilização da Arte na formação do Serviço Social, o trabalho aqui apresentado visou explorar as metodologias existentes no âmbito do ensino académico do Serviço Social com o objetivo de contribuir, por um lado, para a internalização do ensino e, por outro lado, para a reforma dos currículos.

O trabalho realizado assentou no recurso à pesquisa documental. Para o efeito, a análise incidiu sobre os planos de estudos da licenciatura em Serviço Social das 16 escolas, públicas e privadas, que ministram a licenciatura de Serviço Social em Portugal.

Foi consultado o website de cada uma das escolas de modo a analisar as fichas das diversas unidades curriculares que compõem o curso aí ministrado. Quando não foi possível ter acesso à designação das unidades curriculares optativas, consultou-se o plano de estudos publicado em Diário da República. Foi considerada a presença da palavra “arte” ou “práticas artísticas” nas seguintes dimensões em cada unidade curricular:

designação, conteúdo programático, métodos de ensino, métodos de avaliação e bibliografia. A recolha dos dados incidiu sobre o ano letivo de 2018/2019. Os dados foram tratados quantitativamente com recurso à elaboração de tabelas e gráficos de frequências.

3. Resultados

No total foram analisadas 600 unidades curriculares, das quais 488 obrigatórias (81,3%) e as restantes 112 optativas (18,7%). Como se pode verificar na tabela 1, quase dois terços das unidades curriculares da licenciatura em Serviço Social concentram-se nos dois primeiros anos do curso: 196 (32,7%) no 1º ano e 189 (31,5%) no 2º ano.

Tabela 1. Total de unidades curriculares analisadas em Portugal, por tipo de unidade curricular e por ano

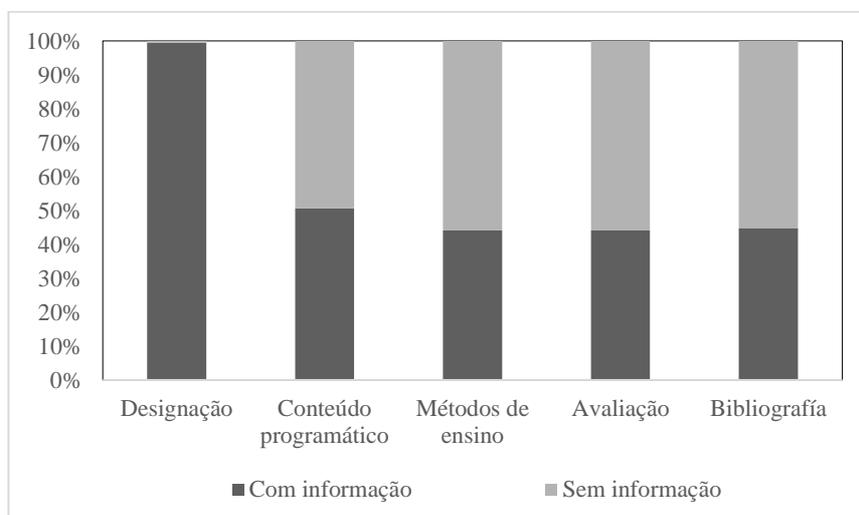
Tipo de unidade curricular	N	%
<i>Opcional</i>	112	18,7
<i>Obrigatória</i>	488	81,3
Total	600	100

Ano Curricular	N	%
<i>1º ano</i>	196	32,7
<i>2º ano</i>	189	31,5
<i>3º ano</i>	149	24,8
<i>4º ano</i>	18	3,0
<i>Não definido</i>	48	8,0
Total	600	100

Fonte: *Base de dados do projeto INATS, 2019.*

Como se pode verificar na figura 1, se para 99% das disciplinas foi possível ter acesso a informação sobre a designação (apenas no caso de algumas opcionais tal não foi possível, mesmo consultando o Diário da República), nas restantes dimensões de análise o panorama é bem diferente: apenas 50% das unidades curriculares tinham os conteúdos programáticos disponíveis online, e nos outros três domínios (métodos de ensino, avaliação e bibliografia) a percentagem rondava apenas os 45%.

Figura 1. Disponibilidade online de informação sobre as unidades curriculares



Fonte: Base de dados do projeto INATS, 2019.

Passa-se agora a analisar a presença da Arte nos planos de estudos dos cursos de Serviço Social em Portugal. Assim, num total de 16 escolas analisadas, há 10 onde se constatou a presença de unidades curriculares que faziam referência à Arte. Estas 10 escolas repartem-se de forma igualitária entre ensino público e ensino privado (cf. tabela 2).

Tabela 2. Escolas com unidades curriculares com referência à Arte

	Total de UCs analisadas	UCs com referência à Arte	UCs de Serviço Social com referência à Arte
IP Beja	33	1	0
IP Leiria	32	1	0
IP Portalegre	28	3	2
ISCTE	34	6	3
UTAD	41	11	6
ISSSP	47	8	1
ISM T	43	1	1
Universidade Lusíada	29	3	2
Universidade Lusófona Lisboa	32	2	1
Universidade Lusófona Porto	41	9	7
Total	360	45	23

Fonte: Base de dados do projeto INATS, 2019.

Quanto às unidades curriculares com referência à Arte, das 600 analisadas apenas 7,5% (45 unidades) estavam nesta condição, valor manifestamente reduzido. Não obstante, destas 45 unidades curriculares com referência à Arte, 93,3% eram disciplinas obrigatórias e a maioria integrada na área científica do Serviço Social (51,1%) (cf. tabela 3).

Quanto à sua distribuição por tipo de escolas, 51,1% encontravam-se nos cursos lecionados em escolas privadas e as restantes nas escolas públicas. Já a distribuição por ano curricular mostrou-se relativamente equitativa, com cerca de 1/3 das unidades no 1º e 3º anos e um valor ligeiramente superior a 1/3 (37,8%) no 2º ano. Regista-se a ausência da referência à Arte no 4º ano.

Tabela 3. Unidades curriculares com referência à Arte em Portugal, por tipo de unidade curricular, ano curricular, tipo de escola e área científica de estudos

Tipo de unidade curricular	N	%
<i>Opcional</i>	3	6,7
<i>Obrigatória</i>	42	93,3
Total	45	100

Ano Curricular	N	%
<i>1º ano</i>	14	31,1
<i>2º ano</i>	17	37,8
<i>3º ano</i>	14	31,1
Total	45	100

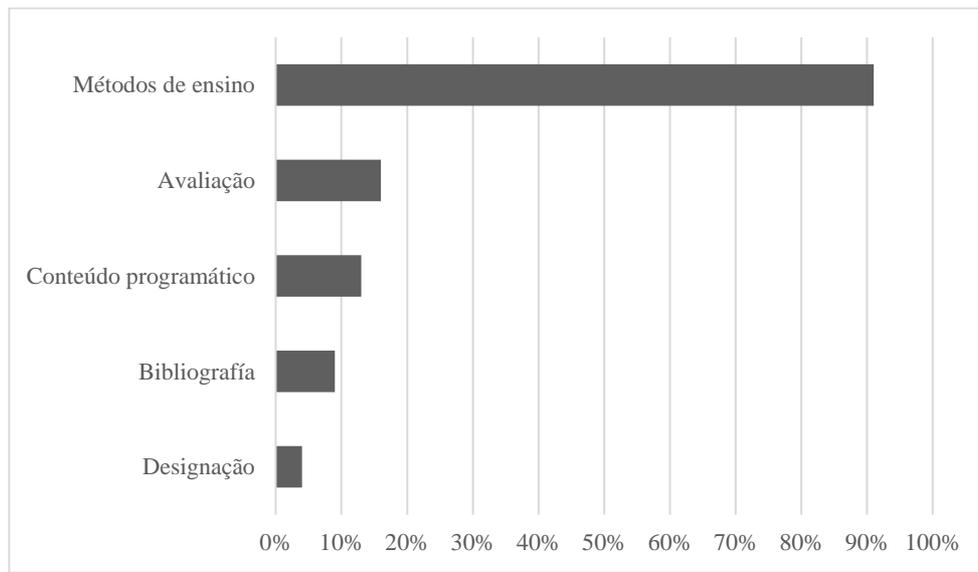
Tipo de escola	N	%
<i>Pública</i>	22	48,9
<i>Privada</i>	23	51,1
Total	45	100

Área científica	N	%
<i>Área científica de Serviço Social</i>	23	51,1
<i>Outras áreas científicas</i>	22	48,9
Total	45	100

Fonte: Base de dados do projeto INATS, 2019.

Como se pode constatar na figura 2, era na categoria de análise “métodos de ensino” que a presença da Arte era mais evidente, com 91,1% do total de casos. Com considerável menor expressão surgem as categorias “avaliação” em 15,6% dos casos, os “conteúdos programáticos” com 13,3% dos casos e a “bibliografia” com 8,9% dos casos.

Figura 2. Unidades curriculares com referência à Arte por categoria de análise (% no total de casos)



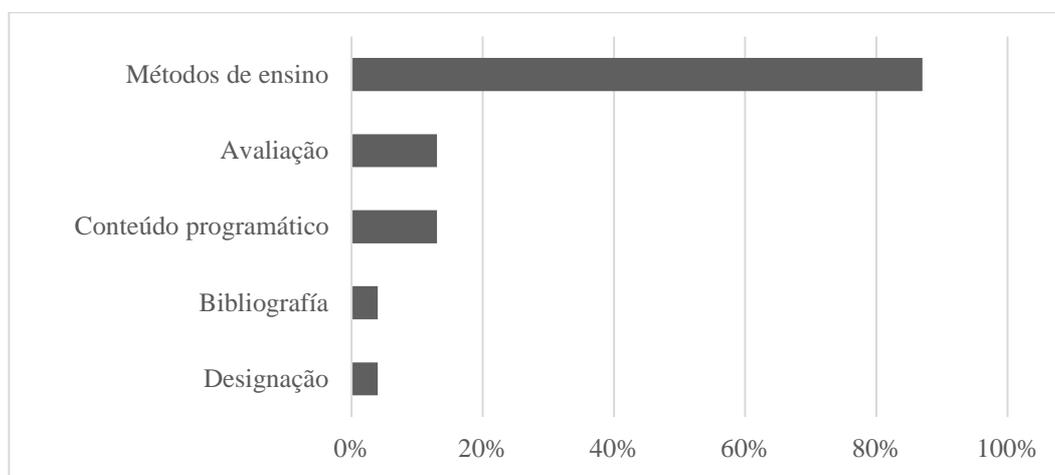
Fonte: Base de dados do projeto INATS, 2019.

N = 45

Centrando o olhar apenas nas unidades curriculares da área do Serviço Social, pode afirmar-se que era muito reduzida a percentagem daquelas que faziam referência à Arte: num total de 295 unidades curriculares da área de Serviço Social analisadas, apenas 23 faziam referência à Arte, ou seja, 7,8% do total. Destas 23 unidades curriculares, apenas uma era optativa. Quanto ao tipo de escola onde eram lecionadas, a distribuição é equitativa entre público e privado: 11 e 12 unidades curriculares, respetivamente.

No que diz respeito às categorias de análise, era ao nível dos métodos de ensino que se registava a presença mais acentuada – 86,96% (cf. figura 3). As restantes categorias apresentavam valores substancialmente mais reduzidos: a avaliação e os conteúdos programáticos rondavam os 13% dos casos e a bibliografia e a denominação da unidade curricular os 4%.

Figura 3. Unidades curriculares da área de Serviço Social com referência a Arte por categoria de análise (% no total de casos)



Fonte: *Base de dados do projecto INATS, 2019.*

N = 23

Conclusões

Do trabalho de análise dos planos de estudo das licenciaturas em Serviço Social lecionadas nas 16 escolas portuguesas, pode concluir-se que a Arte ainda está muito pouco presente nesta formação. Embora em 10 das 16 escolas existam unidades curriculares com referência à Arte, a verdade é que, num total de 600 unidades curriculares analisadas tal sucede apenas em 45 (7,5%), sendo que metade destas são da área concreta do Serviço Social. Naquelas que fazem referência à Arte destaca-se a presença desta sobretudo nas metodologias de ensino. Nas restantes categorias de análise a presença é muito mais residual, particularmente no que diz respeito à designação da unidade curricular (apenas 4% dos casos analisados).

Importa salientar, no entanto, que estes dados apresentam alguma margem de erro em virtude de apenas se ter tido acesso a informação sobre conteúdos programáticos, métodos de ensino, avaliação e bibliografia para metade das 600 unidades curriculares identificadas nas licenciaturas em Serviço Social em Portugal.

Não obstante, e tendo em consideração os inúmeros impactos positivos, bem como o potencial de mudança associado à intervenção social através da Arte (Leonard, Hafford-Letchfield, & Couchman, 2018), parece-nos fundamental a incorporação de forma mais expressiva de unidades curriculares especificamente dedicadas a esta temática nos planos curriculares da formação inicial em Serviço Social. Como defendem Schubert & Gray (2015), integrar formas de interpretação diferentes dos problemas sociais por meio das

artes permitiria aos profissionais do Serviço Social aprimorar os diagnósticos, os recursos analíticos e a ação envolvendo de forma mais expressiva os próprios beneficiários.

Referências

- APSS (2018). *Código Deontológico dos assistentes Sociais em Portugal*. Obtido de https://www.apss.pt/wp-content/uploads/2018/12/CD_AS_APSS_Final_APSS_AssembGeral25-10-2018_aprovado_RevFinal.doc-1-converted-1-C%C3%B3pia.pdf
- Branco, F. (2009). A Profissão de Assistente Social em Portugal. *Locus Social*. (3), 61-89.
- Comissão Europeia (2008). *Novas Competências para Novos Empregos. Antecipar e adequar as necessidades do mercado de trabalho e as competências*. Obtido de <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0868:FIN:PT:PDF>
- Escartin, M.J., Palomar, M., y Suárez, S. (1997). *Introducción al Trabajo Social*. Alicante: Aguaclara.
- Granja, B. & Pinto, L. (2008). Histoire de la Profession de Service Social au Portugal. Em E. Jovelin, *Histoire du Travail Social en Europe*, (pp.157-174), Paris: Éditions Vuibert.
- Hauser, J. (2013). Inclusión social a través del arteterapia con enfoque de género, experiencias con migrantes latinoamericanas. *Arteterapia: Papeles de arteterapia y educación artística para la inclusión social*, 8, 25-43
- IFSW (2014). *Global definition of Social Work*. Obtido de <https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/>
- Leonard, K., Hafford-Letchfield, T., & Couchman, W. (2018). The Impact of the Arts in Social Work Education: A Systematic Review. *Qualitative Social Work*, 17(2), 286-304.
- Lopes, F. (2015). *A Relação no Serviço Social: perspectivas sobre a sua pertinência e expressão na prática*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Martins, M. A. (1999). *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, FCT-MCT.

- Matarasso, F. (1997). *Use or Ornament? The social impact of participation in the arts*. Stroud: Comedia.
- McCarthy, K. & Jinnat, K. (2001). *A new framework for building participation in arts*: Santa Monica: RAND.
- Melo, S. (2014), *Projetos artísticos (d)e intervenção comunitária. Texturas, uma experiência do Festival Internacional de Teatro de Rua de Santa Maria da Feira*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em https://catalogo.up.pt/F/?func=direct&doc_number=000824985&local_base=FLUP
- Melo, S. (2015). Texturas, ou sobre os efeitos sociais das artes. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 30, 11-33.
- Mendes, S. (2014). *Som da Rua. Cultura e arte junto de uma comunidade sem-abrigo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Obtido de https://catalogo.up.pt/F/?func=direct&doc_number=000823434&local_base=FLUP
- Moreno, A. (2010). La mediación artística: un modelo de educación artística para la intervención social a través del arte. *Revista Iberoamericana de Educación (OEI)*. (52/2), 1-9.
- Newman, T.; Curtis, K.; Stephens, J. (2003), “Do community-based arts projects result in social gains? A review of the literature”, *Community Development Journal*, 38 (4), pp. 310-322.
- Rueda, B., & López, C. E. (2013). Música y programa de danza creativa como herramienta de expresión de emociones. *RETOS. Nuevas Tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación*. 24, pp. 141-148.
- Schubert, L., & Gray, M. (2015). The Death of Emancipatory Social Work as Art and Birth of Socially Engaged Art Practice. *British Journal of Social Work*, 45(4), 1-8.
- Silva, P. G. (2018). Social workers in the Revolution: Social work’s political agency and intervention in the Portuguese democratic transition (1974–1976). *International Social Work*, 61(3), 425–436. <https://doi.org/10.1177/0020872816651706>

Nota final

Por decisão pessoal, os/as autores/as do texto escrevem segundo o novo acordo ortográfico.